

## **Libertação dos prisioneiros políticos catalães e fim das perseguições judiciais!**



*Manifestação em Madrid de apoio aos presos políticos da Catalunha.*

O Governo da Monarquia – que tinha colocado sob tutela as instituições catalãs e imposto as eleições regionais de 21 de Dezembro – decidiu agora convocar o Parlamento catalão para o próximo dia 17 de Janeiro.

O objectivo dessas eleições de 21 de Dezembro era infligir uma derrota às forças políticas catalãs partidárias da independência ou do direito à autodeterminação.

Tudo tinha sido implementado para o conseguir. Mas os partidos nacionalistas obtiveram 70 deputados em 135 – ou seja, a maioria absoluta – mesmo não obtendo a maioria dos votos, devido à Lei Eleitoral privilegiar as regiões rurais.

De qualquer forma, estes resultados infligiram uma derrota à Monarquia e às suas instituições (Ler a Declaração do POSI de 23 de Dezembro).

## **O aparelho judicial contra o povo catalão**

A 4 de Janeiro, o Vice-Presidente do anterior Governo catalão, Oriol Junqueras – preso a seguir ao 2 de Novembro – apelou ao Supremo Tribunal de Justiça para que o libertasse. Mas os juízes decidiram mantê-lo na prisão por razões exclusivamente políticas: segundo o juiz Llarena, trata-se de fazer moça à maioria nacionalista do Parlamento catalão.

De facto, entre os 70 deputados partidários da independência, três estão presos e cinco refugiaram-se em Bruxelas. Está aberto um conflito: terão eles possibilidade de participar na sessão parlamentar de 17 de Janeiro ou, pelo contrário, serão obrigados a ceder o seu lugar na lista? Trata-se de um verdadeiro imbróglio político-jurídico. Mas o fundo da questão é que o regime da Monarquia é incompatível com os direitos dos povos e a organização independente dos trabalhadores.

## **A Monarquia no centro da situação**

A imprensa partidária do regime – quase toda o é – lançou-se numa impetuosa campanha de apoio à Monarquia, ao Rei e ao seu pai (Juan Carlos), que abdicou há quatro anos. Este ano de 2018 será consagrado ao 80º aniversário do Bourbon pai, estando a ser organizadas grandes festividades e pomposos elogios em todo o país. Explica-se que Juan Carlos instaurou a democracia em Espanha, renunciando aos poderes absolutos que Franco lhe tinha conferido. É evidente que ele não tinha poderes absolutos – mesmo se continuava a ser o chefe do Estado e das Forças Armadas – porque tanto ele como os seus conselheiros tudo fizeram para integrar no aparelho de Estado as Direcções dos aparelhos que se reclamam de representar o operário, assim como os nacionalistas, e, nomeadamente, os catalães (em particular o partido de Jordi Pujol, actualmente dirigido por Puigdemont, que rompeu o Pacto constitucional).

Também é evidente que a situação aparentemente sem saída em que se encontra o país obriga todas as forças que se submetem ao capital financeiro a colocar no centro a Monarquia. O regime está nu.

É por isso que é essencial para os trabalhadores e os povos do Estado espanhol restabelecer os laços de solidariedade e de combates comuns, colocando no centro a junção entre as reivindicações sociais e democráticas e, de imediato, as palavras de ordem de libertação incondicional dos presos políticos, de fim das perseguições judiciais e de retirada do Artigo 155 da Constituição.